



Evento: XXXIII Seminário de Iniciação Científica ▾

CRISE DE AUTORIDADE NA EDUCAÇÃO: UMA VISÃO A PARTIR DA GESTÃO ESCOLAR¹

Érika Gianluppi Villani², Maria Regina Johann³

¹Pesquisa desenvolvida na Unijuí; financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq.

²Bolsista do programa de fomento: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq; estudante do curso de Psicologia; Voluntária do Projeto Prematuros: Prevenção, Apoio e Cuidado.

³Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (PPGEC) e dos Cursos de Licenciatura da UNIJUÍ. Orientadora do projeto A dupla função de educar: proteger as crianças do mundo e o mundo das crianças.

INTRODUÇÃO

Este escrito analisa a noção de autoridade do ponto de vista de duas professoras gestoras de escolas e compõe a pesquisa intitulada *A dupla função de educar: proteger as crianças do mundo e o mundo das crianças*, que se dedica a estudar a autoridade dos adultos em relação às crianças no mundo contemporâneo. A análise considera a visão de autoridade postulada pela pensadora Hannah Arendt (2002) e relaciona-se à noção de autoridade do ponto de vista da psicanálise, como foco nas idéias de Julieta Jerusalinsky (2021).

Arendt (2002), concebe a autoridade como uma forma bem específica, de origem política, que fora aceita na sociedade até o século XX, mas que posteriormente desapareceu do mundo moderno, inclusive em áreas pré-políticas como a criação dos filhos e a educação. De acordo com a autora, as crianças chegam ao mundo como estrangeiras, e por isso, precisam ser recebidas por pessoas detentoras da tradição para aprenderem a viver em civilização. Os adultos têm como responsabilidade amparar e transmitir às crianças o que já sabem sobre o mundo, e a autoridade se faz indispensável para o exercício dessas funções. Todavia, Arendt (2002) afirma que a autoridade que fora válida por um longo período de tempo não se restabeleceu na contemporaneidade, infligindo uma crise de autoridade na educação.

Para Jerusalinsky (2021), os recém-nascidos quando chegam ao mundo necessitam da presença de um Outro encarnado, que se encarregue dos cuidados básicos da criança como higiene e alimentação e, assim, pouco a pouco, fazendo com que aquele pedaço de carne



torne-se um sujeito desejante. Esse Outro torna-se para a criança uma figura de referência, que apresenta o mundo a ela e transmite os conhecimentos já adquiridos, é portanto, também, uma figura de autoridade. A grande preocupação de Alfredo Jerusalinsky (2021) diz do lugar que os dispositivos eletrônicos estão ocupando na vida das novas gerações, muito próximo do que seria, por natureza, função dos humanos. Para o autor, esses artefatos da comunicação não são apenas meros objetos, mas, sim, meios e instrumentos que modificam as relações humanas, especialmente entre adultos e crianças, fragilizando e metamorfoseando as posições de autoridade.

Nesse viés, o estudo teve como objetivo analisar a posição mediadora dos adultos em relação às crianças, tendo em vista a função de autoridade e responsabilidade da escola para com as novas gerações. Além disso, o estudo busca atender o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) quatro, que visa: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos (Organização das Nações Unidas, 2025).

METODOLOGIA

O estudo, de abordagem qualitativa, teve como percurso uma entrevista semiestruturada com duas gestoras: uma de escola pública e outra particular. Ao todo foram feitas dezessete perguntas, mas para este trabalho elegemos somente quatro. As entrevistas, em formato de conversa, foram gravadas e, posteriormente, transcritas, e os nomes são ocultados e indicados como: Gestora 1 (G1) e Gestora 2 (G2). O projeto teve aprovação do Comitê de Ética da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI), com parecer número 53035721.9.0000.5350.

A análise das entrevistas aposta na perspectiva hermenêutica e parte do entendimento que a mesma

[...] auxilia a criticar o dogmatismo inerente à experiência humana, chamando-nos atenção à necessária ampliação de seu sentido. Ao insistir na abertura da postura humana e na dimensão inesgotável da pergunta, também torna possível uma compreensão mais aberta e provisória tanto da teoria como da pesquisa (Dalbosco, 2014, p. 22).

Neste sentido, os dados até então gerados são interpretados à luz da crítica hermenêutica, a qual se ocupa da consideração dos horizontes de sentidos dos sujeitos



envolvidos no processo investigativo. Sendo assim, as pesquisadoras assumem a posição interpretativa e crítica dos elementos em questão, tensionados aos referenciais teóricos eleitos para o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A professora Gestora 1 (G1) atua em escola pública que contempla a educação infantil e o ensino fundamental. Já a Gestora 2 (G2), administra uma escola de educação infantil privada, ambas escolas estão situadas no município de Ijuí (RS). As gestoras aceitaram prontamente colaborar na pesquisa e concordaram que as entrevistas fossem ao modo de conversa e diálogo, seguidas do roteiro pré elaborado pelas pesquisadoras, sendo que uma das questões colocada às gestoras foi a seguinte: “Vocês percebem, sentem que há um reconhecimento dos pais em relação a vocês como autoridade?”

Muitos [pais] chegam aqui [escola] e dizem assim, ó, eu não sei o que fazer [...] tipo assim, desistindo. Não, eles desistem, já teve várias mães que chegaram. Eu, pai, eu não posso ir aí. Eu tô no meu trabalho, eu não vou sair. Manda pro conselho, manda pra onde você quiser. Diretora, a senhora tem toda a autoridade pra isso, eu assino embaixo, tá? Eu já fiz o que eu tinha que fazer (G1).

[...] Da pracinha, por exemplo, né? Que é um ponto simples, assim, né? Na saída da escola, e aí eles querem ficar, e daí fazem aquele choro e tal, e aí [pai/mãe] acaba cedendo pra não, né, pra não se indispor com a criança e no fim tem que levar a criança chorando igual porque ela não quer sair dali [...] porque o pai não conseguiu dizer que não, né, ou enfim. Eu vejo nessas situações, assim, né, talvez uma fragilidade um pouco maior (G2).

Essa fragilidade não se encontra somente na escola, mas também em casa, na rotina das famílias, no que concerne aos desafios que envolvem a criação e a educação de crianças, como é possível constatar quando feito a seguinte indagação: “você percebe ou já vivenciou alguma situação em que os pais se sentiram desautorizados pelas crianças, fragilizados diante da necessidade de serem autoridades?”

Às vezes chega atrasado [na escola], dizendo que não conseguiu sair antes ou se organizar porque [a criança] não queria botar tal calçado ou escolher tal roupa e aí jogou todo o roupeiro para baixo para poder escolher uma roupa e a criança, no caso, né, porque o pai não conseguiu dizer que não [...] (D2).

Dizer não à uma criança é um ato performático de linguagem que não requer justificativa, explicação, argumentação ou chantagem, pois autoridade é uma posição e não



uma negociação. Nessa direção, as entrevistadas reconheceram que há distinção entre os termos, mas na prática eles se confundem:

Você pode ter autoridade sem ser autoritário. Então, não tem relação pelo sentido de que o autoritarismo vai além e ele só escuta a própria pessoa do autoritário, aquele que dá a ordem e ele quer que seja cumprido. Sem questionamento. Esse é o autoritarismo. A autoridade é você se colocar numa posição de respeito e de você interagir e conseguir que as partes interajam e trabalhem juntas sem precisar impor, é uma autoridade sem imposição, é uma posição de respeito (G1).

autoridade é isso, é uma coisa mais, assim, por mais que eu tenha essa responsabilidade sobre o meu grupo e eu vou delegar coisas, eu não vou ser autoritária no ponto de deixar que só a minha opinião ou a minha voz se faça presente, né? Então, eu acho que se confunde um pouco, assim. Esse autoritarismo no sentido de que eu que mando, eu que tomo as decisões e nada mais vai ser além disso que eu digo. E autoridade não, ela deve ser mais flexível, mais democrática (G2).

Arendt (2002) infere que da mesma maneira que a autoridade exclui meios externos de coerção, força e violência, ela é incompatível com a persuasão. Assim, onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Isso porque, de acordo com a autora, o conhecimento especializado dos anciões portadores da tradição infunde confiança, de modo que nem a força nem a persuasão sejam necessárias para a autoridade existir.

Outro aspecto apontado diz respeito à impotência dos adultos diante dos dispositivos eletrônicos e das redes sociais. Seja em relação à programação oferecida, seja em relação ao controle de tempo de uso. Sobre esses aspectos G2 menciona: “têm coisas que se apresentam ali que as crianças não podem ainda ter, né, que seja um brinquedo, mas que de alguma forma essa influência é tanta que acaba, né, prejudicando essa questão se não for bem administrada pelo adulto [...]”. E sobre isso, G1 relata o caso:

Eu tenho um menino [aluno] que ele é acostumado, ele chega quatro horas da tarde, ele entra em crise. Em crise! [...], precisa de quatro pra segurar ele [...] E ele sabe que ele chega em casa que ele tá bem. Como se nada tivesse acontecido. E aí o que ele faz? Ele pega o celular e tá tranquilo.

Tonin *et al.* (2024) enfatizam em seus estudos que o advento da internet é algo muito recente, criado pelo homem, que nem mesmo os adultos têm controle dos desdobramentos que essa tecnologia pode desencadear. Os órgãos competentes, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e as Sociedades de Pediatria, preocupam-se com o tempo que as crianças gastam nas telas, em detrimento de como esse tempo é gerenciado. Assim, a dificuldade dos cuidadores em cumprir com as recomendações de tempo máximo de exposição às telas gera



sentimentos de culpa e fracasso que acabam por desautorizar e fragilizar os pais no que compete ao agenciamento do uso de dispositivos eletrônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados parciais da pesquisa indicam que a autoridade dos adultos em relação às crianças é imprescindível para os processos da educação e da formação, uma vez que a natalidade carrega o desamparo e pressupõe cuidados. Por conseguinte, a posição de autoridade exercida pelos adultos é crucial para a constituição das novas gerações exigindo o enfrentamento dos limites e possibilidades exercidas em contextos. Nesse aspecto, corrobora o enfoque da ODS quatro, que tem a educabilidade humana como uma das prioridades do Século XXI.

Palavras-chave: Autoridade. Infância. Educação de crianças.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo fomento à pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. A crise na educação. *In: Entre o passado e o futuro*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 221- 247.

DALBOSCO, Cláudio Almir. **Pesquisa educacional e experiência humana na perspectiva hermenêutica**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 1028–1051, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2820>. Acesso em: 24 jul. 2025.

JERUSALINSKY, Alfredo. Homo Web: o fascínio da lógica eletrônica. *In: BATISTA, Angela; JERUSALINSKY, Julieta (Org.). Intoxicações eletrônicas*. O sujeito na era das relações. 1 ed. Salvador: Editora Ágalma, 2017, p. 56-62.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Data de acesso: jun. 2025.

TONIN, Juliana *et al.* Zero telas para bebês: Ficção Científica? *in: SAMPAIO, Inês Vitorino; GUEDES, Brenda (org.). Crianças, adolescentes e jovens: riscos e oportunidades na cultura digital*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. p. 258 - 283.